


CRIANDO UMA COSTURA SOBRE SOBREVIVER: VIVÊNCIAS ACERCA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-262>

Data de submissão: 16/04/2025

Data de publicação: 16/05/2025

Marília Santana da Silva

Nutricionista. Mestre em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz. Doutoranda em Nutrição em Saúde Pública. Programa de Pós Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: marilia.santanadasilva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5410-468X>

Juliana Souza Oliveira

Nutricionista. Mestre e Doutora em Nutrição em Saúde Pública pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutora em Geografia da Saúde pela Universidade de Coimbra. Professora Associada do Centro Acadêmico de Vitória/UFPE.

E-mail: juliana.souzao@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1449-8930>

Mariana Izabel Sena Barreto de Melo Cavalcanti

Enfermeira. Mestre e Doutora em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem/UFPE.

E-mail: marianasenabarreto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0510-3039>

Adriana Lobo Jucá

Terapeuta Ocupacional. Mestre em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães/Fiocruz. Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela UFPE. Professora Adjunta do Curso de Terapia Ocupacional do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Pernambuco.

E-mail: adriana.juca@upe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3156-2968>

Pedro Israel Cabral de Lira

Médico. Mestre em Nutrição pelo Instituto Nacional de Alimentacion Y Nutricion - INTA/Universidade do Chile e PhD em Medicina pela London School of Hygiene and Tropical Medicine - LSHTM/Universidade de Londres (1996). Professor Titular do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: pedro.clira@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1534-1620>

RESUMO

Objetivo: Este estudo analisa as experiências de mulheres beneficiárias de ações públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) durante a pandemia de covid-19 em Recife, Pernambuco.

Métodos: A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou entrevistas em profundidade com oito participantes. Os dados foram analisados por meio da Análise do Discurso, permitindo compreender as vivências antes, durante e após a pandemia. **Resultados:** Os resultados indicam que,

paradoxalmente, a pandemia proporcionou a essas mulheres um período de maior estabilidade alimentar devido às ações garantidas, especialmente o Auxílio Emergencial (AE). No entanto, a interrupção dessas iniciativas revelou a fragilidade estrutural das políticas públicas, resultando no retorno à insegurança alimentar. O estudo evidencia que, apesar da rápida resposta governamental, as ações foram pontuais e descontinuadas, sem impacto duradouro na garantia da SAN. **Conclusões:** A pesquisa contribui para a avaliação de políticas públicas, destacando a necessidade de abordagens estruturantes e intersetoriais. Seus achados sugerem que a formulação de novas políticas deve considerar as perspectivas dos beneficiários, visando soluções mais eficazes e sustentáveis para combater a insegurança alimentar no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Covid-19. Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo se justifica pelo quadro de emergência de saúde pública, entre os anos de 2020 e 2023, decorrente da pandemia de covid-19, que impactou na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias brasileiras. As restrições impostas pelos governos para conter a propagação da pandemia, especialmente o distanciamento social e restrições à circulação, foram fundamentais para o controle da disseminação da doença. Contudo, repercutiram significativamente no cotidiano da sociedade, resultando na redução dos rendimentos das famílias e na segurança alimentar e nutricional (SAN) (Abay et al., 2020; Banco Mundial, 2022; Adebajo et al.; 2023).

A pandemia de covid-19 se caracterizou como um desafio sanitário contemporâneo sem precedentes, tendo graves impactos na saúde da população mundial, mas também gerando altos custos sociais e econômicos, o que exigiu respostas excepcionais da sociedade e dos governos (Alpino et al., 2020). Na perspectiva da SAN, os impactos ocorreram através de, no mínimo, quatro eixos de atuação. Primeiro, o medo de contrair o vírus fez com que as pessoas diminuíssem as atividades geradoras de renda, o que, conseqüentemente, repercutiu nas fontes de receitas nacionais e estrangeiras, inclusive aquelas dadas como cruciais para a preservação da segurança alimentar durante crises alimentares (Diao; Mahrt, 2020; Obi et al., 2020; Adebajo; Banchani, 2023).

Em segundo lugar, as restrições impostas pelos governos para travar a propagação da pandemia, especialmente as medidas de distanciamento social e as restrições de circulação, modificaram o cotidiano da sociedade e também implicaram em redução dos rendimentos das famílias (Abay et al., 2020b; Arndt et al., 2020; Banco Mundial, 2020a; Adebajo; Banchani, 2023). Em terceiro lugar, a disponibilidade de alimentos foi prejudicada por alterações na agricultura, nos sistemas alimentares e nas redes de abastecimento de alimentos (Hirvonen et al., 2021; Mahajan; Tomar, 2021). Como consequência deste, tem-se o quarto eixo, que perpassa pelo aumento dos preços dos alimentos, gerada pela diminuição do acesso ou pela escassez dos alimentos (Devereux et al., 2020; Adebajo; Banchani, 2023)

Esses fatores ampliaram as vulnerabilidades sociais e impactaram na garantia da SAN e do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (DHANA) durante o período pandêmico, o que demandou a criação de estratégias com o intuito de assegurar a alimentação e nutrição da população (Sipioni et al., 2020; Gurgel et. al., 2020; IPES Food, 2020; Marchisio, 2020).

No Brasil, historicamente milhões de pessoas vivenciam algum grau de insegurança alimentar e nutricional (InSAN), reflexo das profundas desigualdades sociais e econômicas. Desde o período pré-pandêmico, estratégias são desenvolvidas para mitigar essa realidade, como os Programas de Transferência de Renda (PTR). Com o aprofundamento da pandemia, outras ações públicas foram

adotadas para garantia da SAN, a nível federal, municipal e/ou estadual, como a distribuição de cestas básicas, a oferta de alimentação escolar por meio de cartões e a implementação do Auxílio Emergencial (AE) (Alpino et. al, 2020).

Entretanto, apesar de muitas pesquisas terem analisado os impactos da pandemia na SAN, ainda são escassos os estudos que avaliem os resultados dessas intervenções e que dão voz à população afetada. Assim, esse estudo propõe compreender as vivências de beneficiários de ações públicas para a garantia de SAN durante a pandemia de covid-19 em Recife, Pernambuco.

2 METODOLOGIA

Este artigo se delineou a partir de uma investigação qualitativa, conduzida por meio de entrevistas em profundidade e da Análise do Discurso de beneficiários de ações públicas durante a pandemia de covid-19, em Recife, Pernambuco (Foucault, 2012).

A pesquisa qualitativa busca explorar e compreender fenômenos complexos, possibilitando investigar questões do comportamento humano, experiências pessoais e contextos sociais. Consiste na análise de histórias, possibilitando compreender os acontecimentos que emergem dos discursos e enunciados dos sujeitos (Ceccon, 2022).

A coleta dos dados foi realizada entre julho e dezembro de 2023 em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município. Considerou-se como critérios de inclusão ser residente da cidade e maior de idade, ter sido beneficiário de PTR durante a pandemia de covid-19 (2020 e 2021) e ter sido beneficiário de ações públicas para garantia da SAN no mesmo interstício. Foram excluídos indivíduos com tempo de benefício inferior a 03 meses.

Foram realizadas entrevistas individuais, utilizando a técnica em profundidade, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um determinado tema (Patton, 2020). O estudo faz parte de uma pesquisa maior, intitulada “Ações públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional durante a pandemia de covid-19 em Recife-PE: um estudo avaliativo”. As entrevistas foram conduzidas pela seguinte pergunta norteadora: “Qual foi o impacto da ação pública na condição de alimentação de sua família durante a pandemia?”. Cada entrevista se encerrou quando o entrevistado identificou satisfação pelas informações transmitidas e/ou a pesquisadora reconheceu a saturação do conteúdo transmitido pelo informante.

Utilizou-se a saturação teórica das entrevistas como amostragem, consistindo na interrupção da coleta de dados quando se constata que elementos novos para subsidiar a teorização almejada não são mais apreendidos do campo de observação. Essa técnica, realizada em amostras não-probabilísticas, é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, pautada em

raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o corpus a ser estudado (Fontanella, 2011).

Os dados obtidos foram transcritos e analisados à luz da teoria da Análise do Discurso de Foucault (2012) e tratados nas seguintes etapas: descrição, análise, categorização das falas e interpretação, na qual é realizado um diálogo entre a fundamentação teórica e as narrativas dos sujeitos encontradas na pesquisa, a fim de responder os questionamentos iniciais do estudo (Taquette, 2016).

Os aspectos éticos que regem pesquisas envolvendo seres humanos foram considerados durante a realização deste estudo que, por sua vez, foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Ciências da Saúde da UFPE sob o CAAE: 65266222.0.0000.5208.

3 RESULTADOS

3.1 AS HISTÓRIAS PRÉ-PANDEMIA: VIDAS INTEIRAS INVISÍVEIS

As narrativas iniciam contextualizando o cenário de profunda vulnerabilidade social, caracterizado por moradias precárias, insegurança alimentar, informalidade laboral e trabalhos dedicados ao cuidado, que descrevem a vida das entrevistadas da pesquisa. A precariedade das condições de vida e trabalho, a ausência de perspectivas e os desafios diários enfrentados pelas participantes podem ser percebidos a seguir:

Eu era garota de programa, porque minha mãe adoeceu. Estava com 9 anos. Fui também usuária de drogas durante 17 anos[...] Tenho 47 anos, sou mãe de 25 filhos. Atualmente oito vivos, onze abortos e o restante sem vida. [...] Eu moro na maré, ali não é lugar de morar. Moro é junto dos ratos. (Entrevistada 3)

Eu morava num barraco bem pequenininho, sem banheiro. Fazia minhas necessidades naqueles baldes de manteiga. (Entrevistada 5)

Eu cato reciclagem, eu venho com uma bombona bem grande e não dá R\$10,00. (Entrevistada 8)

É duro você chegar dentro de casa e seu filho chegar e dizer: 'mainha, tem o que para comer?'. 'Meu filho, tem só farinha e água'. (Entrevistada 3)

As falas contextualizam que as informantes são oriundas das mais baixas classes socioeconômicas, o que é ratificado pelo fato de todas serem beneficiadas do Programa Bolsa Família (PBF). Suas narrativas expressam a relação com o benefício, que descrevem como essencial, mas insuficiente, tido como uma complementação de renda:

Sempre na minha vida eu trabalhava com reciclagem. O meu Bolsa sempre ajudou, porque é a única renda fixa que eu tenho. (Entrevistada 8)

Com o dinheiro do PBF, eu faço feira e compro remédio. (Entrevistada 6)

Do PBF eu tirava um trocadinho e pagava meu barraco, que é alugado. (Entrevistada 04)

O Bolsa servia quando o gás faltava. (Entrevistada 7)

No Bolsa, a gente recebia uma merrequinha de oitenta e poucos reais. (Entrevistada 8)

3.2 “A PANDEMIA ME AJUDOU”: AS AÇÕES PÚBLICAS E O IMPACTO NA SEGURANÇA ALIMENTAR

As narrativas das entrevistadas expressam o impacto negativo da pandemia nas suas relações profissionais e na variedade de trabalhos disponíveis. Estas mulheres estavam essencialmente na informalidade, os receios acerca da covid e o isolamento social reduziram as possibilidades de trabalhos pontuais que costumavam fazer:

Na pandemia, não tinha faxina não. Ninguém queria uma pessoa em sua casa. (Entrevistada 7)

Não deu para catar. Todo mundo tinha medo e aumentou muito a quantidade de catadores. Eu tinha medo que alguém tocasse em mim. (Entrevistada 8)

Este cenário aumentou a insegurança alimentar e nutricional no Brasil e no mundo. Contudo, apesar do inegável impacto da pandemia nos quadros de desigualdade social, as histórias das entrevistadas falam sobre outra perspectiva de vivência durante a crise sanitária. Neste período, as entrevistadas relataram uma mudança significativa em sua situação de segurança alimentar e estabilidade financeira:

Essa pandemia me ajudou muito. Por quê? Porque comecei a ajeitar minha casa, a pagar minhas dívidas. Construí um pouquinho de atenção e alegria para os meus filhos pequenos, tive ajuda dos colégios, das ONGs. Para mim, foi ótimo. (Entrevistada 3)

O ano da pandemia foi o que eu vivi! Foi um tempo que impactou muito e muita gente. Quem não conseguia fazer uma feira, começou a conseguir. Quem não conseguia pegar um benefício, conseguiu. Pra mim, a minha situação foi boa. Na pandemia, eu agradei tanto. É que muita gente disse ‘não, nessa pandemia eu sofri muito’, mas eu dizia assim ‘pois eu não sofri não’, porque um benefício, o valor que a prefeitura dá, junto com o governo, junto com o presidente... Pra mim, foi o momento que a gente saiu da escassez. Eu acho que foi os dois anos que mais fui beneficiada, não vou mentir. Fui muito beneficiada. (Entrevistada 7)

A mudança se relaciona diretamente à ampla oferta de suporte durante a pandemia. Entre março de 2020 e maio de 2021, mais de três mil ações de proteção social foram desenvolvidas no mundo, sendo que metade delas foram realizadas através de programas de transferência de renda¹³. Doação de cesta básica, cartões de alimentação escolares, uso de restaurantes populares e doação de alimentos são algumas das referências mencionadas pelas entrevistadas.

Todo canto dava pra arrumar uma cesta básica. (Entrevistada 1)

Nossa! A cesta básica foi muito bom! Uma grande riqueza que recebi. Não precisei mais lavar roupas na pandemia. (Entrevistada 4)

Além do cartão alimentação da escola, de R\$ 60, a prefeitura também dava uma cesta básica e material de limpeza para cada família. (Entrevistada 7)

Ali na rua do Imperador¹ foi ótimo. Ali a gente conseguia comer cada comida diferente. Conseguia lençol. Eles paravam num canto, aí chegava com brinquedo, cesta básica. (Entrevistada 3)

Eu esperava as doações. Aí eles paravam e davam as coisinhas para gente. Às vezes dava roupas, comida. Isso era tudo de bom pra gente. (Entrevistada 8)

O Auxílio Emergencial do Governo Federal, implementado pela gestão do Presidente Jair Bolsonaro, foi a política que teve maior impacto na vida das entrevistadas. Todas elas, por já serem beneficiárias do Bolsa Família, receberam o AE. Este benefício subsidiou principalmente a alimentação, a manutenção da moradia e a compra de medicamentos. Suas percepções acerca do benefício podem ser visualizadas em falas:

(O AE) veio numa hora boa. A alimentação estava muito cara. Eu pegava o dinheiro e ajudava a pagar o aluguel também. Ajudou muito. Eu comprava alimentação. Faltava um remédio, eu comprava. (Entrevistada 2)

Esses R\$ 1800 ajudou bastante. Oxe! Eu ia diretamente para o supermercado, a maior parte do meu dinheiro era na comida. Ainda consegui pagar o conserto da minha geladeira, comprar o gás, pagar as barracas que eu pegava fiado. (Entrevistada 3)

Com o AE, eu comprava meu gás, comprava minhas coisinhas de casa, pagava meu barraco. (Entrevistada 4)

(O AE) ajudou muita coisa. Porque não tinha as coisas que era pra ter, não tinha onde botar minhas comida, era dentro de um balde. Aí fui ajustando. Eu morava numa casa aqui que não tinha banheiro e consegui construir outra com essa ajuda. (Entrevistada 5)

Assim que foi lançado o AE, para gente que tinha o Bolsa Família, que era menos de R\$ 200 na época, o valor que o auxílio mandou foi muito impactante. Porque era bem dizer mais do que recebia, mais do que um salário e meio. Eu recebia R\$ 1800. Ele impactou bastante. Eu comprava as frutas do meu filho... tinha momento que saía para comprar um cachorro-quente. (Entrevistada 7)

O auxílio foi uma maravilha. Comprei até uma geladeira de segunda mão, que eu não tinha. Comprei uma televisão, que eu não tinha. Na época, eu comprava carne, comprava peixe, botava na geladeira. Comia uma carnezinha melhor. (Entrevistada 8)

As falas das entrevistadas remetem às mudanças ocorridas em decorrência do AE. Destaca-se também trechos nos quais as mulheres versam sobre a efetivação da SAN: um momento no qual a

¹ Rua do Imperador: rua do Recife - PE, com grande quantidade de pessoas vivendo em situação de rua e que concentrou a entrega de doações de pessoas físicas durante a pandemia

garantia da alimentação não era uma preocupação e elas puderam oportunizar para elas e suas famílias o acesso a outros bens de consumo e direitos.

A cesta básica foi o mais positivo na época da pandemia, porque com ela eu tinha o que comer. E o auxílio complementou algumas coisas, como a carne e a verdura. Ainda deixava o dinheiro para passagem, para calçado, para roupa e para aluguel. (Entrevistada 1)

Ajudou muito. Eu dependia desse dinheiro também para pagar aluguel, fazer feira, ajudar minha família. Porque não é só alimentação. Tem o gás, tem remédio... (Entrevistada 2)

Com o que recebia, tinha que comprar o básico. E o básico era pão com mortadela, com manteiga. E depois que auxílio veio, foi bem satisfatório, porque até carne, que é muito difícil da gente comprar, estava conseguindo. (Entrevistada 7)

Eu vou dizer a você, tem gente que conseguiu pegar esse dinheiro e abrir uma lojinha, investir, mas pra quem realmente tinha necessidade de manter uma casa com comida, pra mim ali é o que era mais necessário no momento. Porque você já vem de uma escassez de alimento muito grande e, quando chegou a pandemia e veio o AE, eu me beneficieei bastante, não vou mentir. Foi horrível não, pra mim foi bom. (Entrevistada 7)

Na época, eu estava usando (o AE) para alimentação. Hoje em dia, se acontecesse novamente, eu iria, como se diz, investir em alguma coisa para mim. (Entrevistada 3)

Quem aproveitou, aproveitou o máximo. Muitos aproveitaram mesmo, eu vejo gente que levantou casa, gente que abriu o mercadinho. (Entrevistada 1)

Esse período foi descrito por algumas como um momento único de abundância e possibilidade de consumo alimentar mais diversificado. O valor do benefício do Auxílio Emergencial, mais alto que o PBF, além da ampla oferta de outras políticas e ações públicas, contribuíram para uma breve estabilidade na vida dessas mulheres.

3.3 PÓS PANDEMIA: “ACABOU A CRISE E TODO MUNDO TEVE QUE VIVER SUA VIDA”

Após o estabelecimento das estratégias de vacinação e a amenização dos casos de covid-19, a pandemia foi sendo controlada e houve interrupção da oferta de ações públicas para a população. Gradualmente, a vida foi se normalizando. A vulnerabilidade voltando a ser realidade e a fome a assombrar as participantes deste estudo, como pode ser observado a seguir.

Parou. Acabou a crise da doença, acabou essas coisas e teve que todo mundo viver a sua vida. Quem aproveitou, aproveitou ao máximo. (Entrevistada 1)

Aqui em casa, hoje mesmo, eu saí com a esperança que o CRAS me ajudava com uma cesta básica. Eu saí com uma esperança de conseguir uma cesta básica. Só que ela não veio, acho que ela vai chegar na quarta-feira. Aí eu lhe pergunto, meu amor, o que eu vou dar a eles daqui para quarta-feira (Entrevistada 3)

Depois que acabou a pandemia, que também acabou o auxílio, eu já fui umas 3 vezes no restaurante popular. Eu não fui todo dia porque vivo da minha faxina, que faz com que eu possa ter ou não ter o pão. Então, vou dizer pra você, é batalhando, ao mesmo tempo, lutando,

para que não falte. Porque quando a gente paga aluguel e é mãe só e está vivendo só de faxina... Recebo o PBF mas você não passa tranquilo. Você vem batalhando para os 15 dias. Depois, nos outros 15 dias, você se sacrifica e luta para que não falte. A gente vive hoje dependendo do que vai ter amanhã. A gente deita e vai pensar no amanhã. E a gente que é mãe, que tem filho, a gente pensa muito no amanhã. (Entrevistada 7)

Olha o dinheiro não dá, filha, tem mês que eu não tenho nem pra botar R\$ 12 de crédito no meu celular, pra não bloquear o chip. Às vezes alguém diz 'Dona, a senhora pode lavar essa bermuda, essa calça?' Ai eu lavo e 'toma uns 20 conto, 15 conto'. Ai me ajuda, ai dá pra comprar uma misturinha. Mas tem mês que a gente come purinho em casa. Puro, que nem um real para comprar um tomate, uma cebola, a gente às vezes não tem. Eu acho que assim, o dinheiro diminuiu. Lá na pandemia a gente tinha mais coisa, porque sempre tinha alguém fazendo, ajudando... mas agora, como acalmou, ai aquela ajuda, não tem mais. Porque lá na pandemia, a gente ganhava uma sacola de pão e ajudava. Mas agora não, agora tem que agir conforme a música, tem que comer o que tem. Agora não tem isso não, minha filha. Cada um virado por si. Tá muito difícil, o dinheiro é muito pouco. (Entrevistada 8)

A crise de insegurança alimentar e nutricional, até então atenuada pelas ofertas das diversas ações, foi profundamente agravada à medida em que as estratégias foram suspensas. No Brasil, o AE foi suspenso e foi seguido por um hiato de ausência de ações, posteriormente ocupado, pelo Auxílio Brasil. As falas refletem um sentimento de abandono e frustração com a descontinuidade das políticas de suporte mais robustas implementadas durante a pandemia.

Nas histórias das entrevistadas, também se identifica o impacto da inflação dos alimentos em suas vidas:

Veio o aumento do Bolsa, que foi de 180 para 600, o que aliviou bastante. Mas assim, ainda não dá para fazer uma feira, porque a gente sabe que muita coisa aumentou. Depois da pandemia, deu um aumento muito grande na alimentação, tem coisas que a gente comprava barata e já não compra mais. (Entrevistada 7)

Esse artigo conclui seus achados acerca da vivência das mulheres após a pandemia com uma expressa passagem de relato de insegurança alimentar, compartilhada pela Entrevistada 7:

Se você está há 15 dias e comeu, em um dia, uma galinha guisada, foi muito. Mas você poderia ter comido a semana toda. Então, eu vivo assim: batalhando por causa disso (da alimentação regular de sua família). (Entrevistada 7)

Isso é insegurança alimentar! (intervenção da pesquisadora)

É! E hoje eu estou vivendo dessa forma! E eu posso dizer para você que hoje a gente tenta reerguer aquilo que a gente passou, porque foi muito bom o AE. Em compensação, hoje o aumento da cesta básica faz a gente pensar 'poxa! na época era tão baratinho e hoje deu um aumento'. (Entrevistada 7)

4 DISCUSSÃO

O quadro de vulnerabilidade encontrado entre as entrevistadas neste estudo é reforçado por dados do IBGE (2024), que apontam que o quantitativo de mulheres vivendo abaixo da linha da pobreza é de cerca de 32,3%, dado que se acentua entre as mulheres pretas ou pardas (41,3%) e é bem

superior que a taxa entre os homens (5,7%) (IBGE, 2024). Esse dado ratifica um achado da pesquisa, que é a relação das entrevistadas com os PTR. Todas as participantes eram beneficiárias do PBF, maior programa de transferência de renda do Brasil, e reflete o quadro de vulnerabilidade social.

O PBF, que tem como público-alvo famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, é um programa de transferência direta e condicional de renda do Governo Brasileiro, com objetivo de combater a fome, contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações, e promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias (Brasil, 2024).

Os PTR são parte fundamental dos sistemas de proteção social dos países da América Latina e do Caribe. A longo prazo, a redução da pobreza ocorre pelo crescimento econômico e criação de empregos, associado à alimentação adequada, saúde e educação, ao aumento da produtividade e dos empregos formais. Estes programas se tornam particularmente importantes em contextos de alta informalidade de trabalho, onde o acesso à proteção social contributiva é muito limitado (Stampini et al., 2023). As histórias de vida das mulheres entrevistadas refletem essa realidade, evidenciando sua condição de vulnerabilidade e reforçando sua elegibilidade como público-alvo dos PTR.

Entretanto, apesar das narrativas mencionarem a importância do PBF em suas vidas, é possível observar que o programa funcionava principalmente como um complemento de renda, sem garantir, por si só, a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Estudos como o de Neves et al. (2020), que realizaram uma revisão de literatura dos artigos publicados entre 2003 e 2020 sobre o programa, indicam que, embora o PBF tenha contribuído para redução da mortalidade infantil e aumento do acesso a serviços de saúde e educação, não foi capaz de interromper os ciclos intergeracionais de pobreza nem de promover melhorias significativas no estado nutricional das famílias. Esse resultado pode justificar a manutenção das entrevistadas em uma situação de vulnerabilidade semelhante antes e após a pandemia.

Os achados da pesquisa são ratificados também por Stampini et al. (2023), que apontam dois fatores limitantes aos efeitos dos PTR: a pequena quantidade de recurso repassado e sua baixa cobertura em relação à população total vivendo em pobreza. Os valores médios dos repasses do PBF em 2019 eram de R\$186,73, o que correspondia a aproximadamente 19% do salário mínimo à época. As narrativas das participantes corroboram esse achado e reforçam a ideia de que o programa oferecia alívio, mas não garantia segurança econômica ou nutricional plena.

Os autores destacam que há uma divergência conceitual entre os formuladores de políticas sobre transferência de renda (Stampini et al., 2023). Alguns defendem que as transferências devem ser o mais baixas possível, desde que equilibrem os incentivos para comparecimento a exames de saúde e escola. Outros, que devem aliviar os quadros agudos de pobreza, mas não devem gerar o desestímulo

para a geração independente de renda. E, por fim, há os que defendem que a transferência de renda deve ser alta o suficiente para reduzir a pobreza atual. Os apontamentos de Stampini et al. (2023) corroboram com as falas das mulheres e possibilitam conjecturar que o PBF, até o ano de 2019, gerava alívio sem fechar a lacuna da pobreza e da desigualdade.

Ressalta-se que o Governo Federal eleito em 2022 promoveu mudanças estruturais no PBF, implementadas em um contexto marcado pela alta popularidade do Auxílio Emergencial (AE) e pelo agravamento da pobreza no pós-pandemia. Em 2025, o repasse médio do PBF alcançou R\$673, o que representa 44% do salário mínimo e um aumento de 2,3 vezes em relação aos valores de 2019 (Brasil, 2024).

A pandemia estabeleceu um quadro sem precedentes de vulnerabilidade social e econômica no Brasil e no mundo, o que impactou diretamente a SAN. De acordo com o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021, correspondendo a 9,8% da população mundial, sendo o primeiro aumento da InSAN desde 1998. Além disso, 2,37 bilhões de pessoas enfrentavam escassez de alimentos ou estavam impossibilitadas de se alimentar com a sua dieta regular (ONU; FAO; IFAD; WFP; UNICEF, 2022).

No Brasil, em 2020, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) analisou a insegurança alimentar no país na pandemia. Os resultados da pesquisa mostraram que 55,2% dos domicílios se encontravam em InSAN e que 9% conviviam com a fome. O quadro se intensificava quanto maior a vulnerabilidade do grupo populacional, como os com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, desempregados ou com trabalho informal, residentes no Norte e Nordeste e em famílias chefiadas por mulheres ou pessoas pretas ou pardas (Rede PENSSAN, 2021).

Em 2022, a Rede PENSSAN (2022) explicitou piora da insegurança alimentar no Brasil, com 58,7% da população nessa situação. Destaca-se ainda, o aumento da restrição quantitativa aos alimentos, em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% conviviam com a fome. A fome continuava a se expressar mais no Norte (25,7%) e Nordeste (21%), além de ser mais prevalente em famílias chefiadas por mulheres (19,3%)¹⁷, como eram as entrevistadas dessa pesquisa.

Contudo, como visualizado nas falas, o período pandêmico representou um ponto de inflexão temporário na realidade das mulheres. As narrativas expressam que as medidas tomadas geraram outro impacto em suas vidas: a redução da invisibilidade social. Paradoxalmente ao que foi visualizado nas estatísticas, as entrevistadas não relatam empobrecimento ou escassez, pois esta já era a realidade delas. Suas falas, ao contrário, remetem ao acesso e à oportunidade que experimentaram em suas vidas.

A implementação do Auxílio Emergencial (AE) evidenciou o impacto positivo que políticas de transferência de renda mais robustas podem ter na vida de populações em situação de vulnerabilidade.

O AE foi uma medida de transferência de renda para garantir renda mínima aos brasileiros durante a pandemia e apontado pelo Banco Mundial como referência pela celeridade de sua implementação. A grande cobertura populacional, o tempo de oferta e o repasse de valores superiores aos outros PTR foram destacados (Banco Mundial, 2021).

O Banco Mundial refere que, no auge de sua cobertura, o AE chegou a beneficiar, direta e indiretamente, 56% da população brasileira. Os valores transferidos foram três vezes maiores que o valor médio pago pelo PBF e equivalente a 2/3 da renda média mensal do trabalho auferida em anos anteriores. Ao se comparar com as ações de PTR durante a pandemia no mundo, visualizou-se que o tempo médio foi de 4,5 meses, enquanto o AE foi ofertado por 23 meses, semelhante apenas ao Botão (Banco Mundial, 2022).

O estudo de Nazareno e de Castro Galvão (2023) buscou analisar o seu impacto na pobreza, iniquidade e empregabilidade dos beneficiários. O estudo utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios covid-19 e identificou que o AE conseguiu chegar aos indivíduos mais vulneráveis, corroborando com as experiências das usuárias de finalmente deixarem de ser invisíveis e sentirem que uma política pública fez sentido para suas vidas. Apontam ainda que o AE impactou na redução das desigualdades e da pobreza de forma substancial, até mesmo quando comparados a níveis pré-pandêmicos.

O benefício, de maior valor e alcance, possibilitou às beneficiárias acesso a alimentos variados, estabilidade no consumo e alívio da ansiedade alimentar, elementos essenciais para a promoção da segurança alimentar e nutricional (Gentilini et al, 2020). As falas reportam sobre a melhoria de aportes calóricos e nutricionais e, para além disso, de viver sem a apreensão com o que terão para comer amanhã. A possibilidade de não se afligir com a sobrevivência, oportunizou também visualizar outras perspectivas para suas vidas, como comprar eletrodomésticos, reformar suas casas, fazer investimentos e abrir negócios próprios. Refletindo sobre os efeitos da covid-19 nos diferentes grupos de vulneráveis, Barron et al. (2022) referem que as sociedades podem promover mudanças que tanto desenvolvem quanto retiram as pessoas de situações de vulnerabilidade. O estudo destaca ainda que governos, ao transformar condições desfavoráveis, podem fazer o que, muitas vezes, as pessoas não conseguem alcançar sozinhas, como evidenciado com o AE durante a pandemia.

Contudo, o caráter temporário do AE também expôs a fragilidade estrutural das políticas públicas brasileiras no enfrentamento da insegurança alimentar de forma contínua. A descontinuidade da ação revelou a ausência de um sistema de proteção social sólido e perene, o que reflete uma limitação histórica nas políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Há predominância de

ações emergenciais, pontuais e desarticuladas, a despeito de uma lógica intersetorial que integre saúde, assistência, educação e geração de renda (Alpino et al., 2020; Domingos et al., 2023).

As estatísticas de InSAN foram agravadas pela crise econômica e pelo aumento da inflação dos alimentos. O índice geral de preços ao consumidor brasileiro subiu 21,7% entre 2019 e 2022, os preços dos alimentos subiram 37,5% no mesmo período. E, ao analisar o dado na ótica das famílias mais pobres, que destinam de um quinto a um quarto de suas despesas à compra de alimentos, fica evidente que os mais vulneráveis foram os mais impactados pela queda do poder de compra de alimentos (Banco Mundial, 2023).

Do ponto de vista da saúde pública, o retorno à insegurança alimentar após a interrupção do AE representa um risco direto ao bem-estar físico e mental das populações vulneráveis, pois a InSAN está associada ao aumento de doenças crônicas, sofrimento psíquico e ao comprometimento do desenvolvimento infantil (Subramaniam et al., 2023; Elgar et al., 2021; Rosen et al., 2024).

Para suplantar o grave quadro de InSAN estabelecido pós pandemia, é importante que o Estado tenha políticas públicas intersetoriais, voltadas para o atendimento das necessidades nutricionais mínimas dos mais pobres e que visem estratégias de médio e longo prazo, coordenadas com outros programas de garantia de direitos, geração de renda e inserção produtiva dos mais vulneráveis (Werneck; Carvalho, 2020).

As políticas que visem garantir à SAN não devem, portanto, limitar-se à oferta de alimentos ou se constituir como transferências de rendas limitadas a momentos de crise. Devem ser pautadas em estratégias conduzidas pelo poder público, que fomentem programas e ações intersetoriais, construídas para possibilitar a interrupção de quadros agudos de InSAN, mas também que construam a trajetória para o fomento de ganho de capital humano e a interrupção de ciclos históricos de pobreza (Fan; Zhang, 2020). Ainda, é imperativo pensar em sistemas alimentares sustentáveis ambientalmente, mas que também garantam o abastecimento e a soberania alimentar nacional (Thow, 2024).

Portanto, os achados sugerem que ações futuras devem considerar a importância de políticas contínuas, estruturantes e com valores adequados às necessidades reais da população. Também reforçam a necessidade de incorporar as experiências e perspectivas das beneficiárias no processo de formulação e avaliação das políticas públicas.

5 CONCLUSÃO

Constatou-se nas entrevistas que a pandemia se caracterizou como um período marcado inicialmente por InSAN, mas, com a oferta das ações, especialmente do AE, o panorama se modifica, tornando-se um momento de melhoria da condição de vida, contraditoriamente. Os discursos das

mulheres entrevistadas neste estudo evidenciam que a pandemia possibilitou que elas deixassem de ser invisíveis e pudessem vivenciar a SAN, servindo como marco no “descortinamento” da invisibilidade de parte da população brasileira.

Percebe-se que a rápida resposta pública para o enfrentamento da crise, logo se caracterizou como ações frágeis, focalizadas e pontuais, que, ao serem descontinuadas, geraram um agravamento da situação. Se faz necessário destacar também a fragilidade das informações disponíveis, indicando falhas nos processos de transparência e disponibilidade de dados. Por consequência, teve-se, até o momento, limitações em suas avaliações.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa original, cujo objetivo foi analisar as experiências vivenciadas por mulheres em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a atuação das políticas públicas durante a pandemia, a partir de suas perspectivas e relatos. A metodologia adotada e os achados obtidos podem contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens em pesquisas avaliativas de políticas públicas, priorizando a escuta e a análise dos impactos sob a ótica dos usuários. Ademais, os resultados desta investigação podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades e percepções de seus beneficiários. Por fim, ressalta-se que os achados deste estudo não possuem caráter conclusivo, mas apontam direções para futuras pesquisas voltadas à avaliação do estado da SAN da população e à análise de novas ações governamentais voltadas à sua promoção.

O estudo aponta para a necessidade de se fomentar políticas públicas com vistas à garantia da SAN no Brasil a longo prazo e que sejam, de fato, intersetoriais e estruturantes, alicerçadas em transformações sociais e que possam reverberar na vida dos brasileiros como marcos de inclusão.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

ABAY, K. A.; AMARE, M.; TIBERTI, L.; ANDAM, K. S. COVID-19-induced disruptions of school feeding services exacerbate food insecurity in Nigeria. *The Journal of Nutrition*, v. 151, p. 2245–2254, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34036351/>. Acesso em: 14 maio 2025.

ADEBANJO, S.; SIBEATE, P.; BANCHANI, E.; OLUGBODE, M. A. Food insecurity among households during the COVID-19 pandemic in Nigeria. *International Journal of Financial Management and Economics*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 1-6, 2023. Disponível em: <https://www.theeconomicjournal.com/article/view/207/6-1-57>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ALPINO, T. M. A. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 8, 2020.

AMARE, M.; ABAY, K. A.; TIBERTI, L. et al. COVID-19 and food security: panel data evidence from Nigeria. *Food Policy*, 2021. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/36570064>. Acesso em: 14 maio 2025.

BANCO MUNDIAL. Auxílio Emergencial: lições da experiência brasileira em resposta à COVID-19. Summary Note, 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099205012022128987/pdf/P1748360efc96a06e09b020cf56c8465c9b.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL. Brazil Poverty and Equity Assessment: looking ahead of two crises. Washington, D.C., 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL. Inflação de alimentos e insegurança alimentar no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-food-insecurity-and-food-inflation>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BARRON, G. C. et al. Safeguarding people living in vulnerable conditions in the COVID-19 era through universal health coverage and social protection. *The Lancet Public Health*, v. 7, n. 1, p. e86–92, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34906331/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Informe Bolsa Família. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2019/maio/boletim_BFInforma658.html. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cartilha de orientações do Bolsa Família. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Cartilha/Cartilha_Bolsa_Familia_2024.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

CECCON, R. F. et al. Narrativas em Saúde Coletiva: memória, método e discurso. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

COVID-19 and the crisis in food systems: symptoms, causes, and potential solutions. Bruxelas: The International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2020. Disponível em: https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/COVID-19_CommuniqueEN.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

DEVEREUX, S.; BÉNÉ, C.; HODDINOTT, J. Conceptualizing COVID-19's impacts on household
DIAO, X.; MAHRT, K. Assessing the impacts of COVID-19 in Myanmar on household incomes and poverty due to declines in remittances. Yangon: International Food Policy Research Institute, 2020. (Myanmar Strategy Support Program Policy Note 06). Disponível em: <https://cgspace.cgiar.org/server/api/core/bitstreams/17231f60-8d23-4478-a869-6c9506880c8f/content>. Acesso em: 14 maio 2025.

DOMINGOS, A. T. S. et al. Brazil's return to the hunger map: an analysis of public policies and effective measures for food security. *Laws*, v. 12, n. 6, p. 90, 2023. doi:10.3390/laws12060090.

ELGAR, F. J. et al. Relative food insecurity, mental health and wellbeing in 160 countries. *Social Science & Medicine*, v. 268, 2021. doi:10.1016/j.socscimed.2020.113556. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33293171/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FAN, S.; SI, W.; ZHANG, Y. How to prevent a global food and nutrition security crisis under COVID-19? *China Agricultural Economic Review* [Internet], 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/caer-04-2020-0065/full/html>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3bsWNzMMdvYthrNCXmY9kJQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.

food security. 2020. p. 1–4. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32837651/>. Acesso em: 14 maio 2025.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GENTILINI, U. et al. *Exploring universal basic income: a guide to navigating concepts, evidence, and practices*. Washington, DC: World Bank Publications, 2020.

GURGEL, A. M. et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fKJKgrTxfT7rg6xGHdCQtyC/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.

HIRVONEN, K.; MOHAMMED, B.; MINTEN, B.; TAMRU, S. Food marketing margins during the COVID-19 pandemic: evidence from vegetables in Ethiopia. *Agricultural Economics*, 2021. No prelo. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/agec.12626>. Acesso em: 14 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: 30 mar. 2025.

IPES – THE INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS. COVID-19 and the crisis in food systems: symptoms, causes, and potential solutions. Bruxelas: The International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2020. Disponível em: < https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/COVID-19_CommuniqueEN.pdf>

MAHAJAN, K.; TOMAR, S. COVID-19 and supply chain disruption: evidence from food markets in India. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 103, n. 1, p. 35–52, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33230345/>. Acesso em: 14 maio 2025.

MARCHISIO, M. The potential impact of COVID-19 on SDG 2 (food security) – in China and globally. *International Fund for Agricultural Development*, [2020]. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/latest/blog/asset/41828816>. Acesso em: 14 maio 2025.

NAZARENO, L.; GALVÃO, J. de C. The impact of conditional cash transfers on poverty, inequality, and employment during COVID-19: a case study from Brazil. *Population Research and Policy Review*, v. 42, n. 2, 2023. doi:10.1007/s11113-023-09749-3. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9979129/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NEVES, J. A. et al. The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): a tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil. *Global Public Health*, v. 17, n. 1, p. 26-42, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2020.1850828>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NICOLA, M. et al. The socio-economic implications of the coronavirus and COVID-19 pandemic: a review. *International Journal of Surgery*, v. 78, p. 185–193, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7162753/>. Acesso em: 14 maio 2025.

OBI, C.; BARTOLINI, F.; D’HAESE, M. International migration, remittance and food security during food crises: the case study of Nigeria. *Food Security*, v. 12, p. 207–220, 2020. Disponível em: <https://collections.unu.edu/view/UNU:7521>. Acesso em: 14 maio 2025.

ONU; FAO; IFAD; WFP; UNICEF. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

PATTON, M. Q. *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 4th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2020.

REDE PENSSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

REDE PENSSAN. *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

ROSEN, F. et al. Associations between food insecurity and child and parental physical, nutritional, psychosocial and economic well-being globally during the first 1000 days: a scoping review. *Maternal & Child Nutrition*, v. 20, n. 1, e13574, 2024. doi:10.1111/mcn.13574. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37828823/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SIPIONI, M. E. et al. Masks cover the face, hunger unmask the rest: COVID-19 and the fighting against hunger in Brazil. *SciELO Preprints*, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/660>. Acesso em: 14 maio 2025.

STAMPINI, M.; MEDELLÍN, N.; IBARRARÁN, P. Cash transfers, poverty, and inequality in Latin America and the Caribbean. 2023. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/cash-transfers-poverty-and-inequality-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SUBRAMANIAM, Y. et al. Effect of food security on health in developing countries. *International Journal of Social Determinants of Health and Health Services*, v. 53, n. 4, p. 414-423, 2023. doi:10.1177/27551938231163991. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/27551938231163991>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TAQUETTE, S. R. Análise de dados de pesquisa qualitativa em saúde. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 5., 2016, Porto. Anais [...]. Porto: CIAIQ, 2016.

THOW, A. Protecting nutrition in a food crisis. *Bulletin of the World Health Organization* [Internet], v. 102, n. 11, p. 813-819, 2024. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11500255/pdf/BLT.24.291393.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública* [Internet], 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 30 mar. 2025.